



José Gabriel Ávila *

Ilha do Pico: A insatisfação latente

Mal abriu a porta do avião, um suave perfume a flor de incenso penetrou no mais profundo do nosso ser, tal como Raúl Brandão, há um século, o constatou: “a terra do Pico, cheira.”

A “Montanha do meu destino” não acolheu a chegada dos visitantes, como tão bem o sabe fazer nas manhãs límpidas do Triângulo, mas reservou para os dias seguintes, toda a sua plenitude e beleza multicolor quando o sol se põe a ocidente.

Esta ilha é um portento, coberta de um manto esverdeado de faias, incensos, criptomérias, cedros, pau branco... largamente relvada de pastos e milheirais recortados por paredes de pedaços de basalto disformes que se desmoronam quando a terra treme.

De baixo dos nossos pés, pelas estradas da ilha, há evidentes sinais de que a terra que pisamos não é inerte.

Inertes são os que convivem dia-a-dia com as alterações provocadas pelos fenómenos geológicos, tão frequentes em ilhas de origem vulcânica, e levam tempos infínitos sem reparar os estragos que afetam a segurança e proteção dos cidadãos.

O Pico, presentemente, tem casos calamitosos que ninguém, de bom-senso, ousa desvalorizar, porque afetam a mobilidade das populações do sul, a sua vidas e seus haveres.

Há anos, nestas páginas, venho alertando os governantes para as crescentes derrocadas que ocorrem na estrada regional sobranceira à localidade de Santa Cruz das Ribeiras.

Nos últimos anos, aconteceram várias de dimensões crescentes.

No Domingo do Espírito Santo de 2019, libertaram-se da escarpa do lado da terra, enormes pedregulhos que, felizmente não atingiram ninguém. Retirados da faixa de rodagem, foram colocados na berma do lado do mar e, rapidamente, foram cobertos pela vegetação, onde permanecem “ad aeternum”...

A situação, porém, complica-se e continuam a acontecer, à vista de todos, novas e mais perigosas derrocadas.

Não há ninguém que, consciente do perigo, por ali circule, sem o “credo” na boca, criticando quem mantém os perigos eminentes em vários escarpas, sem nada fazer.

Se houvesse alternativa?... Mas não! A solução é dar meia volta à ilha para ir às repartições públicas das Lajes, às Escolas, ao Centro de Saúde, aos estabelecimentos comerciais e aos locais de trabalho.

Se isto não é relevante para quem governa, estamos conversados. Para nada serve a Autonomia nem os órgãos de Governo próprio.

Os picoenses do meu tempo ainda se recordam de quando o Governador Civil da Horta se deslocava a Lisboa para obter participações do Estado para pequenas obras (abertura de caminhos rurais, reparação de danos causados pelo mar, construção de escolas, etc). Ao regressar à sede do Distrito, o Governante divulgava pelos jornais as pequenas/grandes “conquistas” da sua deslocação ao Ministério das Obras Públicas. Em sinal de reconhecimento o Governador, habitualmente, convidava o Ministro a visitar o Distrito.

Das viagens às Ilhas Adjacentes, a bordo o Carvalho Araújo e do Lima, nem os patrióticos discursos de unidade nacional proclamados nos jantares de gala prometiam projetos de desenvolvimento para os cidadãos portugueses dos Açores.

O centralismo do Terreiro do Paço foi tão insensível que não percebeu que o país se esvaía em sangue novo para a América do Norte, com famílias inteiras a partirem com cartas de chamada fugindo à fome e a guerra do ultramar.

“Imutais mutandis”, nestes tempos celebrativos da fundação da Autonomia Regional muitas semelhanças há com “os tempos da outra senhora”.

Esta semana, numa iniciativa oficial intitulada “Conversas da Autonomia” falou-se da evolução registada nos 50 anos.

Um dos intervenientes, o antigo deputado Manuel G. Serpa referiu as dificuldades em conseguir demover o poder regional a realizar projetos fundamentais para o desenvolvimento do Pico, como o ensino secundário e outros. Em seu entender, “o Pico emancipou-se pela vontade férrea dos seus filhos”, pelo que “a verdadeira Autonomia, para ser perfeita, tem de respeitar as potencialidades de todas as ilhas”. Uma crítica que poderia ser secundada pela população desta ilha.

De que serve falar na criação de um Centro Hospitalar Faial/ Pico, como o defendeu a médica Paula Casals fazendo eco de uma pretensão dos profissionais de saúde e da população em geral, se o poder regional/central, que há dois anos prometeu estudar o assunto, já recusou a reivindicação, sem apresentar argumentos plausíveis!... enquanto isto, os sacrificados picoenses continuam a deslocar-se diariamente a consultas de especialidade e ser internados no Hospital da Horta, com todos os incómodos e problemas que tal acarreta.

É óbvio que o Centro de Saúde da Madalena poderia ter algumas valências que facilitassem os utentes do Pico, cuja população é idêntica à do Faial, a não atravessar o canal para um simples exame complementar de diagnóstico, uma pequena cirurgia. Por que não se deslocam os médicos do HH ao Pico para esses atos médicos? Somos diferentes dos açorianos das ilhas capitalinas, ou a Autonomia é um regime disfarçado de centralismo democrático?

Para que serve a Autonomia e o Poder político regional, se os picoenses das freguesias e mesmo de duas vilas estão, normalmente, impossibilitados, de aceder às suas poupanças nas caixas ATM ou de gerir os seus negócios nas agências das instituições bancárias?

Não compete ao Governo Regional exigir junto das instituições de crédito um serviço de proximidade em benefício dos açorianos das zonas rurais e propriamente designadas de ultra-periféricas? Ou esta é uma matéria que ultrapassa as competências dos poderes regionais que preferem não abordar, por bulir com os ditames e interesses dos grandes banqueiros?

Só em regimes autocráticos e ditatoriais é que o primado do capital e do lucro suplantam os direitos dos cidadãos e o bem-comum.

Até nisto milhares de picoenses são lesados, sem que os poderes democráticos levantem a voz. Por incompetência, por desinteresse, por desconhecimento... de tudo um pouco.

A tudo isto a Ilha do Pico vai resistindo devido à coragem e tenacidade dos empreendedores. Até que, quem tem impedido os constrangimentos ao desenvolvimento, desista e se junte ao movimento crescente e consciente de tantos que pretendem resistir e transformar esta ilha num espaço onde seja possível viver dignamente.

Oxalá seja breve a mudança de atitude dos mais responsáveis.

A Ilha do Pico merece muito mais, porque tem muito mais a dar ao desenvolvimento do Arquipelago.

